



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 31/10/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



### Lula é presidente pela 3ª vez

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de 77 anos, foi eleito para o Palácio do Planalto pela terceira vez. Ele derrotou nas urnas, pela margem mais apertada de uma disputada presidencial desde a redemocratização, o atual presidente Jair Bolsonaro (PL), com 60,345 milhões de votos (50,09 do total) ante 58,206 milhões (49,1% do total) 99,99% das urnas apuradas.

### Governo do Estado de São Paulo

O ex-ministro da Infraestrutura do Governo Bolsonaro, Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi eleito com 55,27% dos votos, ou 13.480.643 votos. Seu adversário, Fernando Haddad (PT), teve 44,73% dos votos (10.909.371 votos). Ele quebra uma hegemonia de 28 anos do PSDB no poder.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 31 de outubro.

### Segurado pode desistir da aposentadoria

Os que alcançam o direito de se aposentar têm o direito de desistir da aposentadoria para buscar um valor maior do benefício. Entretanto, os especialistas orientam que não é sempre que essa tática vale a pena. A vantagem varia conforme a situação específica de cada segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O direito de desistência pode ser exercido desde que o trabalhador não tenha realizado o saque dos montantes depositados pelo INSS. A recusa é possível mesmo quando a concessão foi feita a pedido do segurado. A única exceção é para o caso da aposentadoria por incapacidade permanente, onde não é possível recusar o benefício.

“Nem sempre vale a pena a desistência. Um exemplo é o de uma pessoa que se aposenta pelo teto. Para ela, renunciar o benefício será apenas perda de tempo, uma vez que ela não poderá receber acima do teto estipulado”, exemplifica João Badari, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

A reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019, trouxe diversas regras de transição para segurados que estavam próximos de se aposentar quando as mudanças passaram a valer. Uma das normas, por exemplo, permite que segurados se aposentem com base em uma fórmula de pontos, na qual é somado o tempo de contribuição com a idade do trabalhador.

Já outra regra consiste no pedágio de 50%. Quem estava a dois anos de cumprir o tempo de contribuição pode pagar um pedágio sobre o tempo que falta para se aposentar. Por exemplo, se faltam dois anos, é necessário trabalhar mais três anos. Já se falta um ano para obter a aposentadoria, será necessário acumular mais um ano e seis meses de tempo de contribuição. Tantas opções para se aposentar facilitam como que o trabalhador não escolha o melhor caminho. A desistência é a chance de reverter o erro.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 31 de outubro.

### INSS demora 4 meses para liberar auxílio-doença e 2 para conceder aposentadoria

O segurado doente que precisa ficar afastado do trabalho espera, em média, 122 dias —quatro meses— para conseguir o auxílio-doença do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, o tempo médio de espera, de 68 dias, ultrapassa dois meses.

Os dados estão em relatório do IDBP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) com base em números enviados pelo instituto ao órgão nesta semana. A extração tem como base o mês de setembro.

O relatório aponta ainda que o tempo médio de espera de 122 dias aplica-se a outros benefícios por incapacidade, incluindo auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez.

Dentre os principais motivos para a demora estão falhas no cadastro do segurado e problemas na estrutura administrativa do INSS.

Em nota, o instituto afirma que tem investido no desenvolvimento de novas tecnologias para facilitar e agilizar os pedidos dos segurados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 29 de outubro.

## Quase 37% dos trabalhadores recebem até 1 salário mínimo no Brasil

Após os impactos econômicos da pandemia, o Brasil teve um salto no número de trabalhadores com renda mais baixa, de até um salário mínimo.

É o que indica um levantamento do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, a partir de microdados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

No segundo trimestre deste ano, o mais recente com estatísticas disponíveis, cerca de 35,6 milhões de trabalhadores (formais e informais) tinham renda de até um salário mínimo por mês (R\$ 1.212). Em termos absolutos, o número representa um recorde na série histórica, iniciada em 2012.

Os 35,6 milhões correspondiam a 36,6% da população ocupada com algum tipo de trabalho e com o rendimento detalhado nos microdados da Pnad (97,1 milhões).

No segundo trimestre de 2019, antes da pandemia, o número de profissionais com renda de até um salário mínimo estava em 27,6 milhões (7,9 milhões a menos), o equivalente a 29,9% dos ocupados à época (92,5 milhões). O salário mínimo era de R\$ 998 naquele ano.

"A inflação incomodou o bolso das pessoas. Em um período de incerteza elevada, muitas aceitaram empregos com menor remuneração. E a recuperação veio primeiro via informalidade", acrescenta.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 30 de outubro.

## MPT registra 2.360 denúncias de assédio eleitoral na véspera do 2º turno

Na véspera do segundo turno das eleições, o número de denúncias de assédio eleitoral chegou a 2.360, contra 1.808 empresas e gestores públicos. Segundo balanço divulgado neste sábado (29) pelo MPT (Ministério Público do Trabalho), são 934 casos no Sudeste, 690 no Sul, 413 no Nordeste, 198 no Centro-Oeste e 125 no Norte.

Minas Gerais —estado considerado chave pela campanha dos dois candidatos à Presidência— lidera o ranking nacional com 549 denúncias, o que equivale a 23% do total do país. O estado é seguido por Paraná (258), São Paulo (244), Rio Grande do Sul (218) e Santa Catarina (214).

Segundo pesquisa Datafolha, de cada 100 eleitores que estão trabalhando, 4 dizem ter sofrido pressão de seu empregador para votarem em um candidato nas eleições. No entanto, menos de 1% dos entrevistados que passaram por isso disseram ter denunciado o ocorrido.

O levantamento aponta que o assédio eleitoral foi mais frequente entre assalariados sem registro (7% deles foram alvo) e entre funcionários públicos (5%). Entre os assalariados com registro, foi de 4%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 29 de outubro.

## Aneel mantém bandeira tarifária verde para novembro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira verde em novembro para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Com a decisão, não haverá cobrança extra na conta de luz pelo sétimo mês seguido.

A conta de luz está sem essas taxas desde o fim da bandeira de escassez hídrica, que durou de setembro de 2021 até meados de abril deste ano. Segundo a Aneel, na ocasião, a bandeira verde foi escolhida devido às condições favoráveis de geração de energia.

Caso houvesse a instituição das outras bandeiras, a conta de luz refletiria o reajuste de até 64% das bandeiras tarifárias aprovado no fim de junho pela Aneel. Segundo a agência, os aumentos refletiram a inflação e o maior custo das usinas termelétricas neste ano, decorrente do encarecimento do petróleo e do gás natural nos últimos meses.

### Bandeiras Tarifárias

Criadas em 2015 pela Aneel, as bandeiras tarifárias refletem os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em níveis, as bandeiras indicam quanto está custando para o SIN gerar a energia usada nas casas, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, significa que a conta não sofre qualquer acréscimo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 31 de outubro.